

CONGRESSO

Pressão por investigação

Comissão do Senado ouve ministro da Justiça sobre atuação da PF na apuração das mortes de Bruno e Dom

» VICTOR CORREIA

A comissão externa instaurada pelo Senado para investigar os assassinatos do indigenista Bruno Araújo Pereira e do jornalista Dom Phillips realiza, amanhã, a primeira audiência pública para tentar esclarecer os casos de violência na região do Vale do Javari (AM). Um dos primeiros a prestar esclarecimentos será o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, cuja oitiva será às 14h e em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Casa.

Mas, às 10h, no mesmo dia, os senadores pretendem ouvir representantes da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), que denunciaram à Fundação Nacional do Índio (Funai) as perseguições sofridas por Bruno. Além disso, remeteram à autarquia dossiês sobre a criminalidade na região, inclusive apontando os principais responsáveis por tornarem a região insegura.

“A ideia é ouvir todos os envolvidos nas mortes de Dom e Bruno não só para que haja a elucidação do caso, mas, também, para compreender a realidade da região, omissões na proteção dos defensores da Amazônia e ataques aos povos tradicionais da floresta”, disse o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), presidente da comissão externa. O colegiado terá, ainda, os também senadores Fabiano Contarato (PT-ES) como vice-presidente e Nelsinho Trad (PSD-MS) na relatoria.

Indolência

Um dos motivos para ouvir o ministro da Justiça amanhã são as críticas a respeito da condução das investigações sobre o duplo assassinato pelas autoridades locais e pela Polícia Federal (PF). A corporação vem sendo acusada de agir com indolência, pois, em nota divulgada na semana passada, causou estranheza o fato de ter afirmado que os homicídios de Bruno e Dom não terem mandante e não estarem conectados a outros crimes.

“Essa comissão tem que ter um papel ativo, um papel de isenção, mas também de cobrar com rigor para que as autoridades apurem de forma a não

João Laet/AFP



Trabalho da PF no duplo homicídio tem causado estranhezas e a conclusão sobre motivação do crime foi rebatida pelos integrantes da Univaja



É muito simples você concluir um inquérito policial atribuindo a autoria e materialidade a um executor, mas sem você buscar o que que está por trás”

Senador Fabiano Contarato (PT-ES), criticando a nota da Polícia Federal que não crê haver um mandante para os assassinatos de Bruno Araújo Pereira e Dom Phillips

deixar qualquer margem de dúvida para quem de qualquer forma tenha concorrido para a prática criminosa. É muito simples você concluir um inquérito policial atribuindo a autoria e materialidade a um executor, mas sem você buscar o que que está por trás”, salientou Contarato, criticando a nota da PF que não crê haver um mandante para os assassinatos de Bruno e Dom.

A posição da corporação foi contestada pela Univaja, afirmando que “não concorda com o desfecho” das investigações. A entidade que congrega os povos indígenas do Vale do Javari assegura que o duplo homicídio tem por trás grupos de narcotraficantes que atuam na região.

“Aquele área do Brasil é uma área praticamente sem lei. Todas as informações que nos chegam é que trata-se de uma área dominada pelo narcotráfico transnacional envolvendo o Peru, que faz fronteira com a região, e a

Colômbia. Cabe a nós, e outras instituições, apurar denúncias de que algumas atividades são financiadas pelas drogas, com o objetivo não só de disfarçar esse tipo de atividade, mas de ter ao lado pescadores que trabalham na pesca ilegal, além de garimpeiros”, observou o senador Humberto Costa (PT-PE), presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Oitivas

Além do ministro da Justiça e dos representantes indígenas, a comissão externa pretende ouvir também autoridades da região amazônica; membros das equipes de busca por Bruno e Dom; o presidente da Funai, Marcelo Xavier; o prefeito de Atalaia do Norte, Denis Paiva; o procurador-geral da República, Augusto Aras; parentes do jornalista e do indigenista; e os três suspeitos dos assassinatos presos até agora

— os irmãos Amarildo e Oseney da Costa de Oliveira e Jefferson da Silva Lima.

Os senadores aprovaram, também, um requerimento para pedir a proteção de todos os agentes que atuam na região do Vale do Javari, incluindo indígenas, integrantes de entidades e servidores. A comissão realizará, ainda, uma diligência externa em Manaus e Atalaia do Norte. A ida estava marcada para esta semana, mas foi adiada “para adequações na agenda dos titulares da comissão e estruturação logística”.

A criação da comissão externa foi aprovada na segunda-feira passada depois de pedido em caráter de urgência de Randolfe Rodrigues. Os resultados do colegiado devem ser apresentados em 60 dias, e podem servir como subsídio para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), a depender das descobertas durante a investigação. **(Leia mais na página 6)**

JUDICIÁRIO

Covid: STF prorroga investigação de senadores

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), prorrogou por mais 60 dias a investigação que mira os senadores Chico Rodrigues (União Brasil-RR) e Telmário Mota (PROS-RR) por suposto envolvimento em fraudes e desvio de verbas destinadas ao combate da pandemia da covid-19 em Roraima. A decisão atende um pedido da Polícia Federal (PF), que argumentou à Corte que ainda há diligências pendentes no âmbito do inquérito, entre elas a renovação do interrogatório de Rodrigues.

A prorrogação teve parecer favorável do procurador-geral da República Augusto Aras, que registrou que é “perceptível a existência de diligências importantes para o deslinde das investigações, cujas solicitações e realizações estão pendentes”.

“O aprofundamento das apurações, mediante a realização dos atos faltantes, revela-se medida essencial para esclarecer os fatos imputados aos senadores Francisco de Assis Rodrigues e Telmário Mota, bem como para averiguar a participação de terceiros nos fatos objeto da investigação”, salientou Aras.

A investigação foi aberta em setembro de 2020 para apurar fraudes na aquisição de kits de testes rápidos para detecção da covid-19 e em irregularidades no processo de compra de centrais de ar-condicionado para a maternidade de Rorainópolis. Em outubro do mesmo ano, a PF chegou a abrir uma fase ostensiva das apurações, sendo que, na ocasião, Chico Rodrigues escondeu R\$ 33,1 mil na cueca durante a abordagem.

Quando solicitou a abertura da chamada Operação Desvid-19, a PF disse que o senador integraria um dos núcleos políticos do grupo criminoso que foram identificados ao longo das investigações. “Há uma organização criminosa constituída por parlamentares, empresários e servidores públicos voltada ao desvio de valores destinados ao combate à pandemia covid-19, que se prevalece da emergência na destinação imediata de recursos de alta monta para desviar os recursos”, registrou a corporação à época.

Telmário, por sua vez, é autor de emenda parlamentar com o objetivo da aquisição das centrais de ar-condicionado.

» Bolsonaro nega crianças em UTI

Em mais um ataque às medidas de enfrentamento da pandemia recomendadas por cientistas, o presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou, ontem, que não houve casos de internação de crianças em UTI por covid-19. A afirmação, no entanto, não corresponde à realidade. Só em janeiro passado, pico de transmissão da variante ômicron, as internações de menores de idade em leitos para tratamento intensivo por infecção pelo coronavírus em São Paulo aumentaram 61,3%. “Para a garotada do Ensino Fundamental, se dependesse de mim teríamos aula. Não tivemos notícia, ao longo da pandemia, de necessidade de UTI para criança acometida de covid”, declarou o presidente, em solenidade alusiva à criação da Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica e à celebração de acordo com o Google para a concessão de ferramentas tecnológicas de forma gratuita. Bolsonaro ainda declarou, no mesmo evento, que mexer com a educação no Brasil “é como manobrar um transatlântico”.

FUNCIONALISMO

Guedes avisa que reajuste salarial virá só em 2023

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou, ontem, que os servidores públicos devem ter aumento de salário somente no próximo ano. A declaração foi feita durante o evento em comemoração aos 70 anos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio de Janeiro.

Segundo Guedes, com a redução de gastos com a pandemia, o aumento da produtividade e a maior oferta de serviços digitais para a população, é possível aumentar os salários dos servidores. “Os governos passados contrataram 160 mil pessoas liquidamente. Se aposentam, por ano, de 20 mil a 30 mil por ano. Fizemos o contrário. Os servidores se aposentaram e nós digitalizamos os serviços. A produtividade subiu e pode haver aumento de salário brevemente”, explicou.

O governo, inicialmente, queria dar reajustes salariais somente para policiais federais e rodoviários federais — uma das bases eleitorais do presidente Jair Bolsonaro (PL). Porém, o restante do funcionalismo não aceitou a discriminação e exigiu a mesma benesse.

Algumas categorias, como os servidores do Banco Central e os auditores fiscais da Receita Federal, decidiram cruzar os braços em protesto. Foi quando o Palácio do Planalto decidiu conceder um reajuste linear de 5% a

todo funcionalismo, percentual que não foi aceito. Desde então, há um impasse entre o governo e os servidores.

Rasteira

No mesmo evento, Guedes afirmou ontem que a diretoria jurídica do BNDES “aplicou uma rasteira” no governo no processo de pagamento dos empréstimos que aumentaram o capital da instituição em mais de R\$ 400 bilhões. Segundo o ministro, o jurídico do banco apresentou ao Tribunal de Contas da União (TCU) o argumento de que teria prejuízo se devolvesse ao governo todos os recursos aportados para o aumento de capital.

“A capitalização do BNDES foi feita por meio de um empréstimo com taxa fixa. Quando a inflação sobe, aumenta o subsídio. O Brasil está subsidiando o BNDES. O jurídico do BNDES teve a coragem de ir ao TCU para convencer a Corte de que é o contrário. E o TCU caiu. Falaram que devolver o dinheiro agora implicaria perda ao banco. É o contrário. Estão se beneficiando do subsídio. Vocês deveriam estar devolvendo esses recursos. O Brasil está em guerra”, disse o ministro, para constrangimento na plateia. Segundo Guedes, o BNDES já pagou R\$ 260 bilhões e

Saulo Ferreira/ME



Além de avisar aos servidores que desistam do reajuste, Guedes ainda causou constrangimento no BNDES

ainda deveria outros R\$ 140 bilhões ao governo.

Em abril, em uma entrevista, o secretário do Tesouro, Paulo Valle, informou que a dívida ainda seria de R\$ 98 bilhões. Na ocasião, ele disse que esperava receber R\$ 13 bilhões neste mês e outros R\$ 17 bilhões até o fim

do ano. Assim, o BNDES deveria devolver R\$ 30 bilhões em 2022, menos do que os R\$ 54 bilhões previstos no acordo com a equipe econômica.

Caso o banco pague os R\$ 30 bilhões em 2022, o saldo de R\$ 68 bilhões ficaria aberto para pagamento nos próximos anos. A

disputa envolvendo o Tesouro Nacional e o BNDES chegou ao TCU, que estipulou um cronograma para a devolução dos recursos.

A operação sempre foi alvo de resistência do banco, que contava com parte dos títulos repassados pelo Tesouro no seu caixa, reforçando o seu lucro.